

**CURSO DE MONITOR DA
SOCIAL CARCERÁRIA
FASE 04/04**



**REPRESENTAÇÃO CONTRA
AUTORIDADES**

www.socialcarceraria.org.br

“lealdade profissionalismo justiça e liberdade”



SOCIAL CARCERÁRIA

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg. 11288 - 8º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

EXLMO. SR. DR. CORREGEDOR GERAL DA POLICIA CIVIL DO ESTADO

REPRESENTAÇÃO

Lei nº 4.898 de 09/12/65

REPRESENTANTE

Nome _____

RG _____ MATRICULA _____

Pai _____

Mãe.. _____

Data do nascimento __ / __ / __ UF__

Penitenciária _____

Tocal _____

Cidade. _____ Cep _____

REPRESENTADO

Nome _____

Funcional _____

Patente. _____

Descrever com riqueza se não tiver os dados pessoais do representado _____

DOS FATOS

O REPRESENTANTE, no Dia

dos fatos,

DO DIREITO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 37º torna obrigatório a todos os funcionários da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecer aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e eficiência, obrigatoriedade esta que também encontra amparo na Lei nº 8.112/90, além de inúmeras outras leis Federais, Estaduais e Municipais.

DOS REQUERIMENTOS

a)- Seja a presente autuada nos moldes regimentais e constitucionais, após o que, tomem-se as providências cabíveis.

b)- Determine-se a nomeação de um relator, que deverá apresentar o relatório no prazo regimental e este deverá ter uma cópia remetida pelo correio para conhecimento e acompanhamento do representante.

c)- Seja oficiado o representado para no prazo legal apresentar sua justificativa e defesa.

d)- Seja dada ciência da presente ao superior hierárquico do representado, para que o mesmo se quiser manifeste-se a respeito.

e)- Depois de apurados os fatos em restando comprovados os argumentos narrados pelo representante seja o representado punido nos moldes da lei.

f)- Determine V. Senhoria, seja qual for a conclusão final da presente, dela seja comunicada o representante via correio, para fins de lhe ampla defesa de seus direitos nos termos do artigo 5º parágrafo LV da CF.

Termos em que

Pede Deferimento

_____ de _____ de 2.00____

representante

ROL DE TESTEMUNHAS

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____



EXLMO. SR. DR. CORREGEDOR GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO

REPRESENTAÇÃO
Lei nº 4.898 de 09/12/65

REPRESENTANTE

Nome _____

RG _____ MATRICULA _____

Pai _____

Mãe: _____

Data do nascimento __ / __ / __ UF__

Penitenciaria _____

Tocal _____

Cidade. _____ Cep _____

REPRESENTADO

Nome _____

Funcional _____

Patente. _____

Descrever com riqueza se não tiver os dados pessoais do representado _____

DOS FATOS

O REPRESENTANTE, no Dia

dos fatos,

DO DIREITO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 37º torna obrigatório a todos os funcionários da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecer aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e eficiência, obrigatoriedade esta que também encontra amparo na Lei nº 8.112/90, além de inúmeras outras leis Federais, Estaduais e Municipais.

DOS REQUERIMENTOS

a) - Seja a presente autuada nos moldes regimentais e constitucionais, após o que, tome-se as providências cabíveis.

b) - Determine-se a nomeação de um relator, que deverá apresentar o relatório no prazo regimental e este deverá ter uma cópia remetida pelo correio para conhecimento e acompanhamento do representante.

c) - Seja oficiado o representado para no prazo legal apresentar sua justificativa e defesa.

d) - Seja dada ciência da presente ao superior hierárquico do representado, para que o mesmo se quiser manifeste-se a respeito.

e) - Depois de apurados os fatos em restando comprovados os argumentos narrados pelo representante seja o representado punido nos moldes da lei.

f) - Determine V. Senhoria, seja qual for a conclusão final da presente, dela seja comunicada o representante via correio, para fins de lhe ampla defesa de seus direitos nos termos do artigo 5º parágrafo LV da CF.

Termos em que

Pede Deferimento

_____ de _____ de 2.00__

representante

ROL DE TESTEMUNHAS

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.11288 - 8º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

EXLMO. SR. DR. OUVIDOR DA CORREGEDORIA DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA

REPRESENTAÇÃO

Lei nº 4.898 de 09/12/65

REPRESENTANTE

Nome _____

RG _____ MATRICULA _____

Pai _____

Mãe: _____

Data do nascimento __ / __ / __ UF__

Penitenciária _____

Tocal _____

Cidade. _____ Cep _____

REPRESENTADO

Nome _____

Funcional _____

Patente. _____

Descrever com riqueza se não tiver os dados pessoais do representado _____

DOS FATOS

dos fatos, O REPRESENTANTE, no Dia

DO DIREITO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 37º torna obrigatório a todos os funcionários da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecer aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e eficiência, obrigatoriedade esta que também encontra amparo na Lei nº 8.112/90, além de inúmeras outras leis Federais, Estaduais e Municipais.

DOS REQUERIMENTOS

a)- Seja a presente autuada nos moldes regimentais e constitucionais, após o que, tome-se as providências cabíveis.

b)- Determine-se a nomeação de um relator, que deverá apresentar o relatório no prazo regimental e este deverá ter uma cópia remetida pelo correio para conhecimento e acompanhamento do representante.

c)- Seja oficiado o representado para no prazo legal apresentar sua justificativa e defesa.

d)- Seja dada ciência da presente ao superior hierárquico do representado, para que o mesmo se quiser manifeste-se a respeito.

e)- Depois de apurados os fatos em restando comprovados os argumentos narrados pelo representante seja o representado punido nos moldes da lei.

f)- Determine V. Senhoria, seja qual for a conclusão final da presente, dela seja comunicada o representante via correio, para fins de lhe ampla defesa de seus direitos nos termos do artigo 5º parágrafo LV da CF.

Termos em que

Pede Deferimento

_____ de _____ de 2.00__

representante

ROL DE TESTEMUNHAS

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

ORIENTAÇÃO

REPRESENTAÇÃO JUIZ DE DIREITO

O juiz acima de tudo, também é um ser humano passível de omissões, erros e corporativismo e por este motivo também pode ser punido.

O magistrado este revestido de algumas imunidades nas decisões que toma, mesmo porque são elas conclusivas, interpretativas e, objeto de seu convencimento; como sua palavra não é decisão final, e da mesma cabe sempre um recurso à instância superior, não se pode afirmar ter sido prejudicado por um despacho ou sentença de um juiz de direito, quando tinha ainda meios jurídicos de se defender, que seria através de desembargadores do Tribunal de Justiça ou Ministros do STJ ou STF.

Na verdade, as maiores irregularidades que se pode constatar na atuação de um juiz, são na perda dos prazos para despacho ou para prolatar a sentença, mesmo porque a constituição brasileira é muito clara neste sentido ou seja ninguém pode ficar preso por tempo indeterminado sem que seja anteriormente e nos prazos legais ouvido e julgado.

Infelizmente no Brasil cobra-se prazos apenas para os réus esquecendo-se que juizes e demais integrantes do poder judiciário também tem prazos a cumprir.

O cidadão não pode ser prejudicado pelo acumulo de processos existentes no judiciário, sendo que na verdade quem tem que resolver este problema é o governo como um todo, quando falamos de governo como um todo, falamos de Executivo, Legislativo e Judiciário, não sendo possível que a verba destinada ao Judiciário seja insuficiente e por este motivo o executivo, tenha que gastar mais de 10 (dez) vezes o valor que gastaria o Judiciário.

Pior ainda é que vemos dia a dia se agravar os problemas sociais, tanto dos reeducandos quanto de seus familiares e infringimos cada vez mais a Convenção Universal de Direitos Humanos, dada a situação desumana a que são expostos os encarcerados.

Se todos os que se sentissem vítima destes maus profissionais, representassem contra os mesmos junto ao Conselho Nacional de Justiça, com certeza iriam arrumar uma solução melhor para todos.

O exercício da cidadania se realiza através de atitudes que podem e devem vir de todos aqueles que vivenciam ou presenciam cenas de negligência, imperícia, imprudência e falta de ética profissional.

A omissão também é um crime, pois atrás de uma omissão está sempre a possibilidade de vermos perpetuara atitude, gerando assim mais vitimas.

Seja um bom cidadão, preencha o formulário com a maior riqueza de detalhes possíveis e faça, de nosso país, um local melhor para se viver.

Este formulário deve ser preenchido em duas vias, e enviado pelo correio para o Conselho Nacional de Justiça, sito na sede do Supremo Tribunal Federal- Anexo II- Bloco -A - 5º andar- sala 551 - Praça dos Três Poderes S/N- Brasília - Distrito Federal- CEP 70.175-900.

**"se ages contra a justiça e eu te deixo agir,
a injustiça é minha".**

Gandhi



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.11288 - 8º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

EXELENTESSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

REPRESENTAÇÃO

Lei nº 4.898 de 09/12/65

REPRESENTANTE

Nome _____

RG. _____ MATRICULA _____

Pai _____

Mãe.: _____

Data do nascimento __ / __ / __ UF__

Penitenciária _____

Todal _____

Cidade. _____ Cep. _____

REPRESENTADO

Nome _____

Funcional _____

Patente. _____

Descrever com riqueza se não tiver os dados pessoais do representado _____

DOS FATOS

O REPRESENTANTE, no Dia

dos fatos,

DO DIREITO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 37º torna obrigatório a todos os funcionários da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecer aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e eficiência, obrigatoriedade esta que também encontra amparo na Lei nº 8.112/90, além de inúmeras outras leis Federais, Estaduais e Municipais.

DOS REQUERIMENTOS

a)- Seja a presente autuada nos moldes regimentais e constitucionais, após o que, tome-se as providências cabíveis.

b)- Determine-se a nomeação de um relator, que deverá apresentar o relatório no prazo regimental e este deverá ter uma cópia remetida pelo correio para conhecimento e acompanhamento do representante.

c)- Seja oficiado o representado para no prazo legal apresentar sua justificativa e defesa.

d)- Seja dada ciência da presente ao superior hierárquico do representado, para que o mesmo se quiser manifeste-se a respeito.

e)- Depois de apurados os fatos em restando comprovados os argumentos narrados pelo representante seja o representado punido nos moldes da lei.

f)- Determine V. Senhoria, seja qual for a conclusão final da presente, dela seja comunicada o representante via correio, para fins de lhe ampla defesa de seus direitos nos termos do artigo 5º parágrafo LV da CF.

Termos em que

Pede Deferimento

_____ de _____ de 2.00__

representante

ROL DE TESTEMUNHAS

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

ORIENTAÇÃO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

É comum vermos cidadãos reclamando da atuação de determinados promotores de justiça que agem como se fossem Deus, onipotente e prepotentes induzindo muitas vezes os juizes em erro, e no final quando não conseguem provar seus delírios, nada acontece contra a sua pessoa, simplesmente se der sorte o réu será absolvido não se tocando mais no assunto.

Vemos também um estrelismo sem precedente de membros do Ministério Público que esquecerão totalmente do sigilo que reveste a investigação e também os direitos constitucionais de preservação dos acusado. Convivemos com aparições bombásticas e incertas na guerra da mídia aonde muitos membros do Ministério público parecem mais afores de televisão do que uma autoridade em busca da verdade.

Se todos os que se sentissem vitima destes maus profissionais os processassem por danos morais e também por falta de ética junto a Procuradoria Geral do Estado certamente tomariam eles mais cuidado antes de acusar alguém sem as devidas provas e desta acusação acionar ou permitir que se acione a mídia pois a mídia não faz parte do poder judiciário no entanto prolata sentenças em poucos segundos, sentenças estas capazes de destruir a vida presente, passada e futura de qualquer cidadão brasileiro.

O exercício da cidadania se realiza através de atitudes que podem e devem vir de todos aqueles que vivenciam ou presenciam cenas de negligência, imperícia, imprudência e falta de ética profissional.

A omissão também é um crime, pois atrás de uma omissão está sempre a possibilidade de vermos perpetuar a atitude, gerando assim mais vitimas. Seja um bom cidadão, preencha o formulário com a maior riqueza de detalhes possíveis e faça, de nosso país, um local melhor para se viver.

Este formulário deve ser preenchido em duas vias, e ser protocolado na Procuradoria Geral do Estado, e é possível também mandá-lo pelo correio, neste caso tome o cuidado de mandar registrado para que se possa cobrar sua atuação.

"se ages contra a justiça e eu te deixo agir, a injustiça é minha".

Gandhi



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.11288 - 8º RTD
Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

EXLMO. SR. DR. PROCURADOR GERAL DO ESTADO

REPRESENTAÇÃO

Lei nº 4.898 de 09/12/65

REPRESENTANTE

Nome _____

RG _____ MATRICULA _____

Pai _____

Mãe.: _____

Data do nascimento ___ / ___ / ___ UF ___

Penitenciária _____

Todal _____

Cidade _____ Cep _____

REPRESENTADO

Nome _____

Funcional _____

Patente. _____

Descrever com riqueza se não tiver
os dados pessoais do representado _____

DOS FATOS

O REPRESENTANTE, no Dia

dos fatos,

DO DIREITO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 37º torna obrigatório a todos os funcionários da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecer aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e eficiência, obrigatoriedade esta que também encontra amparo na Lei nº 8.112/90, além de inúmeras outras leis Federais, Estaduais e Municipais.

DOS REQUERIMENTOS

a)- Seja a presente autuada nos moldes regimentais e constitucionais, após o que, tome-se as providências cabíveis.

b)- Determine-se a nomeação de um relator, que deverá apresentar o relatório no prazo regimental e este deverá ter uma cópia remetida pelo correio para conhecimento e acompanhamento do representante.

c)- Seja oficiado o representado para no prazo legal apresentar sua justificativa e defesa.

d)- Seja dada ciência da presente ao superior hierárquico do representado, para que o mesmo se quiser manifeste-se a respeito.

e)- Após apurados os fatos em restando comprovados os argumentos narrados pelo representante seja o representado punido nos moldes da lei.

f)- Determine V. Senhoria, seja qual for a conclusão final da presente, dela seja comunicada o representante via correio, para fins de lhe ampla defesa de seus direitos nos termos do artigo 5º parágrafo LV da CF.

Termos em que

Pede Deferimento

_____ de _____ de 2.00__

representante

ROL DE TESTEMUNHAS

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

ORIENTAÇÃO

ADVOGADO PARTICULAR

É comum vermos cidadãos reclamando da falta de profissionalismo na qualidade da defesa que lhe fora feita por um advogado no entanto este cidadão não sabe da rigidez que é imposta por todos os Tribunais de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.

Não é comum porem encontrarmos dentre estas pessoas descontentes e revoltadas, alguma que tenha tido a coragem e o dever pátrio de tomar qualquer providência para que este profissional do ramo do direito que recebeu para efetuar um bom trabalho, continue enganando novos clientes com promessas impossíveis ou com falta de conhecimento técnico para patrocinar a demanda.

O exercício da cidadania se realiza através de atitudes que podem e devem vir de todos aqueles que vivenciam ou presenciaram cenas de negligência, imperícia e falta de ética profissional.

A omissão também é um crime, pois atrás de uma omissão está sempre a possibilidade de vermos perpetuar a atitude, gerando assim mais vítimas. Seja um bom cidadão, preencha o formulário com a maior riqueza de detalhes possíveis e faça, de nosso país, um local melhor para se viver.

Este formulário deve ser preenchido em duas vias, e ser protocolado na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de seu estado, é possível também mandá-lo pelo correio, neste caso tome o cuidado de mandar registrado para que se possa cobrar sua autuação.

*"se ages contra a justiça e eu te deixo,
agir a injustiça é minha".*

Gandhi



SOCIAL CARCERÁRIA

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.11288 - 8º RTD
Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

EXLMO. SR. DR. PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADOGADOS DO BRASIL

REPRESENTAÇÃO

Lei nº 4.898 de 09/12/65

REPRESENTANTE

Nome. _____

RG. _____ MATRICULA _____

Pai _____

Mãe.: _____

Data do nascimento __ / __ / __ UF__

Penitenciária _____

Tocal _____

Cidade. _____ Cep _____

REPRESENTADO

Nome _____

Funcional _____

Patente. _____

Descrever com riqueza se não tiver
os dados pessoais do representado _____

DOS FATOS

O REPRESENTANTE, no Dia

dos fatos,

DO DIREITO

Fundamenta a presente representação na Lei nº 8.906 de 1994 que regulamenta a profissão do advogado em todo território nacional.

DOS REQUERIMENTOS

a)- Seja a presente autuada nos moldes regimentais e constitucionais, após o que, tomem-se as providências cabíveis.

b)- Determine-se a nomeação de um relator, que deverá apresentar o relatório no prazo regimental e este deverá ter uma cópia remetida pelo correio para conhecimento e acompanhamento do representante.

c)- Seja oficiado o representado para no prazo legal apresentar sua justificativa e defesa.

d)- Seja dada ciência da presente ao superior hierárquico do representado, para que o mesmo se quiser manifeste-se a respeito.

e)- Depois de apurados os fatos em restando comprovados os argumentos narrados pelo representante seja o representado punido nos moldes da lei.

f)- Determine V. Senhoria, seja qual for a conclusão final da presente, dela seja comunicada o representante via correio, para fins de lhe ampla defesa de seus direitos nos termos do artigo 5º parágrafo LV da CF.

Termos em que

Pede Deferimento

_____ de _____ de 2.00__

representante

ROL DE TESTEMUNHAS

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

ORIENTAÇÃO

ADVOGADO DO ESTADO

É comum vermos cidadãos reclamando da falta de profissionalismo na qualidade da defesa que lhe fora feita por um procurador do estado mais conhecido como advogado do estado.

Não é comum porém encontrarmos dentre estas pessoas descontentes e revoltadas, alguma que tenha tido a coragem e o dever pátrio de tomar qualquer providência para que este profissional do ramo do direito que recebeu dinheiro publica para efetuar um bom trabalho continue enganando não só o cidadão brasileiro como também o próprio governo, que acaba tendo que manter com custos altos penitenciárias superlotadas as vezes de inocentes ou de outros que embora não inocentes mereciam penas mais brandas.

O exercício da cidadania se realiza através de atitudes que podem e devem vir de todos aqueles que vivenciam ou presenciam cenas de negligência, imprudência ou falta de ética profissional.

A omissão também é um crime, pois atrás de uma omissão está sempre a possibilidade de vermos perpetuar a atitude, gerando assim mais vítimas. Seja um bom cidadão, preencha o formulário com a maior riqueza de detalhes possíveis e faça, de nosso país, um local melhor para se viver.

Você sabia que o procurador do estado (advogado do estado), é acima de tudo um profissional do ramo do direito, estando ele, sujeito a todas as penalidades éticas inerentes de sua profissão.

Este formulário deve ser preenchido em duas vias, e ser protocolado na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de seu estado, é possível também mandá-lo pelo correio, neste caso tome o cuidado de mandar registrado para que se possa cobrar sua autuação.

*"se ages contra a justiça e eu te .
deixo agir, a injustiça é minha".*

Gandhi



S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.11288 - 8º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

EXLMO. SR. DR. PROCURADOR GERAL DO ESTADO

REPRESENTAÇÃO

Lei nº 4.898 de 09/12/65

REPRESENTANTE

Nome _____

RG. _____ MATRICULA _____

Pai _____

Mãe: _____

Data do nascimento __ / __ / __ UF _____

Penitenciaria _____

Tocal _____

Cidade. _____ Cep _____

REPRESENTADO

Nome _____

Funcional _____

Patente. _____

Descrever com riqueza se não tiver os dados pessoais do representado _____

DOS FATOS

O REPRESENTANTE, no Dia

dos fatos,

DO DIREITO

Fundamenta a presente representação na Lei nº 8.906 de 1994 que regulamenta a profissão do advogado em todo território nacional.

DOS REQUERIMENTOS

a)- Seja a presente autuada nos moldes regimentais e constitucionais, após o que, tomem-se as providências cabíveis.

b)- Determine-se a nomeação de um relator, que deverá apresentar o relatório no prazo regimental e este deverá ter uma cópia remetida pelo correio para conhecimento e acompanhamento do representante.

c)- Seja oficiado o representado para no prazo legal apresentar sua justificativa e defesa.

d)- Seja dada ciência da presente ao superior hierárquico do representado, para que o mesmo se quiser manifeste-se a respeito.

e)- Após apurados os fatos em restando comprovados os argumentos narrados pelo representante seja o representado punido nos moldes da lei.

f)- Determine V. Senhoria, seja qual for a conclusão final da presente, dela seja comunicada o representante via correio, para fins de lhe ampla defesa de seus direitos nos termos do artigo 5º parágrafo LV da CF.

Termos em que

Pede Deferimento

_____ de _____ de 2.00__

representante

ROL DE TESTEMUNHAS

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

ORIENTAÇÃO

REPRESENTAÇÃO AGENTE PENITENCIÁRIO

É comum vermos pessoas^ reclamando do comportamento e das atitudes dos Agentes Penitenciários, no entanto nákré comum encontrarmos dentre estas pessoas descontentes e revoltadas, qual delas teve a coragem e dever pátrio de tomar qualquer providência para que os fatos que vivenciou ou presenciou não continue a acontecer impunemente.

O exercício da cidadania se realiza através de atitudes que podem e devem vir de todos aqueles que vivenciam ou presenciam cenas de abuso de autoridade, negligência ou imprudência.

A omissão também é um crime, pois atrás de uma omissão está sempre a possibilidade de vermos perpetuara atitude, gerando assim mais vitimas. Seja um bom cidadão, preencha o formulário com a maior riqueza de detalhes possíveis e faça de nosso país, um local melhor para se viver.

Este formulário deve ser preenchido em duas vias e ser protocolada na Ouvidoria Corregedoria da Secretaria de Justiça ou de Administração Penitenciária, é possível também mandá-lo pelo correio, neste caso tome o cuidado de mandar registrado para que se possa cobrar sua autuação.

"se ages contra a justiça e eu te .
deixo agir, a injustiça é minha".

Gandhi

S O C I A L C A R C E R Á R I A

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.11288 - 8º RTD
Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

SOCIAL CARCERÁRIA

www.socialcarceraria.org.br

PROJETO SOCIAL DO CIDADÃO - Reg.11288 - 8º RTD

Reconhecimento Publicado no Diário da Câmara do Deputados 21/08/2004

**EXLMO. SR. DR. OUVIDOR GERAL DA SECRETARIA DA JUSTIÇA OU DA
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

REPRESENTAÇÃO

Lei nº 4.898 de 09/12/65

REPRESENTANTE

Nome _____

RG. _____ MATRICULA _____

Pai _____

Mãe: _____

Data do nascimento __ / __ / __ UF _____

Penitenciária _____

Tocal _____

Cidade. _____ Cep _____

REPRESENTADO

Nome _____

Funcional _____

Patente. _____

Descrever com riqueza se não tiver
os dados pessoais do representado _____

DOS FATOS

O REPRESENTANTE, no Dia

dos fatos,

DO DIREITO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 37º torna os funcionários da administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios, lobedecer aos princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e eficiência, obrigatoriamente esta que também encontra amparo na Lei nº 8.112/90, além de inúmeras outras Leis Federais, Estaduais e Municipais.

DOS REQUERIMENTOS

a)- Seja a presente autuada nos moldes regimentais e constitucionais, após o que, tomem-se as providências cabíveis.

b)- Determine-se a nomeação de um relator, que deverá apresentar o relatório no prazo regimental e este deverá ter uma cópia remetida pelo correio para conhecimento e acompanhamento do representante.

c)- Seja oficiado o representado para no prazo legal apresentar sua justificativa e defesa.

d)- Seja dada ciência da presente ao superior hierárquico do representado, para que o mesmo se quiser manifeste-se a respeito.

e)- Depois de apurados os fatos em restando comprovados os argumentos narrados pelo representante seja o representado punido nos moldes da lei.

f)- Determine V. Senhoria, seja qual for a conclusão final da presente, dela seja comunicada o representante via correio, para fins de lhe ampla defesa de seus direitos nos termos do artigo 5º parágrafo LV da CF.

Termos em que

Pede Deferimento

_____ de _____ de 2.00____

representante

ROL DE TESTEMUNHAS

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____

Nome _____

Endereço _____